

ENTREGUE NO
I.S.S.S DE

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2016

DENOMINAÇÃO: Fundação de Aurélio Amaro Diniz

MORADA: Rua António Mendes Monteiro - Quinta da
Comenda

RESERVADO AOS SERVIÇOS

Dist. Conc. IPSS
COD. ☐ ☐ ☐ ☐ ☐ ☐

N. ANDAR : LOCALIDADE: Oliveira do Hospital

FREGUESIA: Oliveira do Hospital

CONCELHO: Oliveira do Hospital

COD. POSTAL: 3400-083

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO REGIONAL DE _____

PARECER: EM ____/____/____

DESPACHO: EM ____/____/____

EM 21/03/2017

(Assinatura do Técnico Oficial de Contas)

202724506

13364

(Aposição da Vinheta do TOC)

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

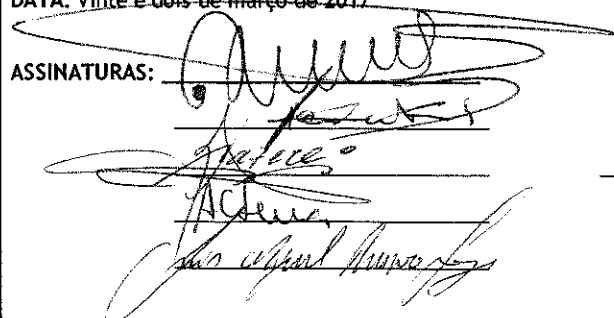
LOCAL: Oliveira do Hospital

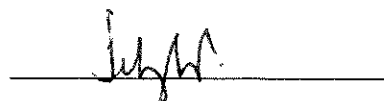
Data: trinta e um de março de 2017

DATA: vinte e dois de março de 2017

ASSINATURAS:

ASSINATURA DO PRESIDENTE





ÍNDICE

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES.....	6
RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2016	8
1 – A instituição no meio envolvente	8
2 – Atividade.....	9
❖ Apoio à 3ª Idade	10
❖ Apoio à Infância	10
❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica.....	11
❖ Atividade Hospitalar – Consultas.....	14
❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas	14
❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS).....	15
3 – Investimentos	15
4 – Produção.....	17
6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde	19
6.1 - Faturação	19
6.2 - Divergências quanto ao entendimento do protocolo de contratualização com a ARS Centro	19
7 - Centro Comunitário da Lageosa	20
8 - A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital.....	21
9 - Alienação de património	21
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	23
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	24
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados	25
1 Identificação da Entidade.....	26
2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras.....	26
3 Principais Políticas Contabilísticas.....	26
3.1 Bases de Apresentação.....	26
3.1.1 Continuidade	26

3.1.2	Regime do Acréscimo (periodização económica):.....	27
3.1.3	Consistência de Apresentação.....	27
3.1.4	Materialidade e Agregação:.....	27
3.1.5	Compensação	27
3.1.6	Informação Comparativa	27
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	28
3.2.1	Ativos Fixos Tangíveis	28
3.2.2	Bens do património histórico e cultural	28
3.2.3	Ativos Intangíveis.....	28
3.2.4	Investimentos financeiros.....	28
3.2.5	Inventários	29
3.2.6	Instrumentos Financeiros	29
➤	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	29
➤	Clientes e outras contas a Receber	29
➤	Outros ativos e passivos financeiros	29
➤	Caixa e Depósitos Bancários.....	29
➤	Fornecedores e outras contas a pagar	29
3.2.7	Fundos Patrimoniais	29
3.2.8	Provisões.....	30
3.2.9	Financiamentos Obtidos.....	30
➤	Empréstimos obtidos.....	30
➤	Locações	30
3.2.10	Estado e Outros Entes Públicos	30
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	30
5	Ativos Tangíveis.....	31
➤	Outros Ativos Fixos Tangíveis.....	31
6	Ativos Intangíveis.....	32

➤	Outros Ativos Intangíveis	32
7	Locações	33
8	Custos de Empréstimos Obtidos	33
9	Inventários.....	33
10	Rédito	33
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.....	34
➤	Provisões	34
➤	Passivos contingentes	34
➤	Ativos contingentes.....	34
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	34
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	34
14	Imposto sobre o Rendimento.....	34
15	Benefícios dos empregados.....	34
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	35
17	Outras Informações.....	35
17.1	Investimentos Financeiros.....	35
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros.....	36
17.3	Créditos a Receber.....	36
17.4	Outros Ativos Correntes	37
17.5	Diferimentos	37
17.6	Caixa e Depósitos Bancários	37
17.7	Fundos Patrimoniais	38
17.8	Fornecedores	38
17.9	Estado e Outros Entes Públicos	39
17.10	Outros Passivos Correntes.....	39
17.11	Outros Passivos Financeiros	40
17.12	Subsídios, doações e legados à exploração	40

17.13	Fornecimentos e serviços externos	40
17.14	Outros rendimentos	41
17.15	Outros gastos	41
17.16	Trabalhos para a Própria Entidade	41
	A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:.....	41
17.17	Resultados Financeiros	42
17.18	Acontecimentos após data de Balanço	42
ANEXOS.....		43
	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA	44
	ATA CONSELHO FISCAL.....	47
	CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....	48
	ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS.....	49

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade	10
Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância.....	10
Ilustração 3 - Exames Radiológicos	Ilustração 4 - Exames Ecográfico
Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada	Ilustração 6 -
Osteodensitometria	11
Ilustração 7 - Mamografias	Ilustração 8 - Exames
Endoscópicos.....	11
Ilustração 9 - Colonoscopias	Ilustração 10 - Ecocardiogramas
.....	12
Ilustração 11 - Holter	Ilustração 12 - Prova de Esforço. 12
Ilustração 13 - Eletrocardiogramas	Ilustração 14 - MAPA..... 12
Ilustração 15 - Audiogramas	Ilustração 16 - Provas Funcionais
Respiratórias.....	13
Ilustração 17 - Total de Análises Clínicas efetuaram tratamentos MFR.....	Ilustração 18 - Nº Doentes 13
Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos.....	13
Ilustração 20 - Consultas Externas	14
Ilustração 21 - Intervenções cirúrgicas.....	14
Ilustração 22 - Nº Utentes Atendidos por Freguesia.....	15
Ilustração 23 - Prestação de Serviços.....	17
Ilustração 24 - Resultado Líquido	17
Ilustração 25 - Cash-Flow	18
Ilustração 26 - Gastos com Pessoal	18
Ilustração 27 - Ativos Fixos Tangíveis 2015	31
Ilustração 28 - Ativos Fixos Tangíveis 2016	31
Ilustração 29 - Ativos Fixos Intangíveis 2015.....	32
Ilustração 30 - Ativos Fixos Intangíveis 2016.....	32
Ilustração 31 - Inventários.....	33
Ilustração 32 - Rédito	33

Ilustração 33 - Subsídios e Apoios do Governo	34
Ilustração 34 - Benefícios dos Empregados.....	35
Ilustração 35 - Investimentos Financeiros.....	36
Ilustração 36 - Clientes e Utentes	36
Ilustração 37 - Outras Contas a Receber	37
Ilustração 38 - Diferimentos.....	37
Ilustração 39 - Caixa e Depósitos Bancários.....	38
Ilustração 40 - Fundos Patrimoniais	38
Ilustração 41 - Fornecedores.....	38
Ilustração 42 - Estado e Outros Entes Públicos	39
Ilustração 43 - Outras Contas a Pagar	39
Ilustração 44 - Subsídios, doações e legados à exploração.....	40
Ilustração 45 - Fornecimentos e Serviços Externos.....	40
Ilustração 46 - Outros Rendimentos e Ganhos	41
Ilustração 47 - Outros Gastos e Perdas	41
Ilustração 48 - Trabalhos para a Própria Entidade	41
Ilustração 49 - Resultados Financeiros	42

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO 2016

A fim de dar cumprimento à alínea b) do artigo 19º dos Estatutos da Fundação Aurélio Amaro Diniz, IPSS, procede-se à apresentação de contas e relatório de atividade referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

1 – A instituição no meio envolvente

Nos últimos anos, tem sido notório que a situação económica e social se tem vindo a repercutir no quotidiano das famílias, das empresas e instituições, depauperadas pelos custos hodiernos e sem vislumbre de efetiva melhoria destas condições.

A FAAD não é (nem pode ser) alheia às questões que afetam a sua gestão diária mas também às necessidades que surgem no seio da população que tem por fim servir. Porém, quando se esperava haver alguma estabilidade nas políticas que contrariassem tudo a restante aleatoriedade social e económica, somos confrontados com alterações constantes, inesperadas e, não raras vezes, contraditórias entre si mesmo emanadas no muito curto espaço de tempo. Particularmente visível no setor da saúde, a FAAD experiencia hoje a incapacidade de ver aprovado um documento regulador da sua atividade de prestador de serviços a utentes do SNS, que de momento se encontra balizado pela sucessiva prorrogação de adenda assinada há 3 anos e que se afasta das condições que a própria ARS Centro gostaria de ver implementadas, com inequívocas vantagens para a população e para o erário público.

É neste contexto de incerteza e de algum desânimo pela falta de atenção a que tem sido votada a instituição e seus dirigentes, bem como todas as entidades oficiais que procuram a melhoria das condições de vida das gentes da Beira Serra, que este relatório é escrito. Esta nota não pode deixar de ser escrita e enfatizada pois os números, se analisados fora de contexto, poderão até evidenciar um clima propício ao investimento, que se deseja e se tem vindo a esboçar; contudo, investir neste contexto verbas que provisionam a atividade operacional ou que, à partida, obrigam ao recurso ao financiamento quando se não pode gizar um plano a curto quanto mais a médio ou longo prazo, pode corresponder à hipoteca da instituição, como outros exemplos congéneres tem acontecido.

Não se percebe aqui que não há um rumo: sabe-se para onde se quer ir e como, alicerçados no que vimos fazendo até aqui mas resta saber o que pretende deste seu parceiro o Estado, pois tende a procurar-nos para soluções sem que cumpra com os seus compromissos financeiros ou os queira sequer assumir, como recentes episódios de conferência de faturação evidenciam. Aliás, recentemente brinda a instituição com alterações a destempo, querendo-as retroativas a períodos em que a instituição já prestou serviços a utentes, sejam eles no domínio de respostas como as cantinas sociais ou da saúde. Essa nossa discordância, uma e outra vez reclamada, tem encontrado portas fechadas, que mais não são do que modos de pagar menos por uma ação social para a qual o Estado não está preparado, de per si, para proporcionar. Resta saber por quanto mais tempo esta situação se manterá.

Com este relatório pretende-se ainda dar a conhecer um pouco mais do que é a atividade da FAAD e qual o seu “papel” no âmbito territorial em que se insere. É importante que transpareça o esforço que tem sido feito para que seja possível “estar mais próximo” de todos quantos necessitam dos nossos serviços. Nem sempre é fácil corresponder às necessidades e expectativas de todos os que nos abordam, mas sendo esta uma das nossas principais metas, os ânimos têm sido muitos, a fim de que nada impossibilite que a atividade decorra dentro dos parâmetros considerados normais.

Dentro desses encorajamentos surge, a título de exemplo, a aprovação de uma candidatura ao projeto BPI Sénior, que permitiu um conjunto de pequenos investimentos em ajudas técnicas hoje disponibilizados gratuitamente a famílias que delas precisam para poder receber em casa um familiar diminuído física e/ou mentalmente, processo muitas vezes desencadeado após a alta no hospital, numa visita da Unidade Móvel de Saúde ou identificado por outro organismo que nos encaminha a situação. Incentivados com este tipo de reconhecimento para mais e melhor fazer, encontramos na necessidade natural da instituição cumprir os seus desígnios a justificação de maximizar os recursos existentes (humanos e materiais) para gerar ganhos de produtividade, num ciclo de inovação e melhoria contínua que nos permite hoje estar mais presentes e mais longe.

A atividade principal da FAAD cinge-se a dois âmbitos, o social, com o apoio à infância, terceira idade e cantinas sociais, e o hospitalar, onde dispomos de uma área médica, cirúrgica, consulta externa, meios complementares de diagnóstico e terapêutica e unidade móvel de saúde.

No que ao setor social diz respeito, importa referir que na área da infância (Creche, Pré-escolar e Atividades de Tempos Livres) é colocada à disposição dos utentes uma vasta gama de atividades extra curriculares (inglês, música, coro, dança, natação e karaté) que complementam as atividades que diariamente são realizadas pelo pessoal docente em contexto de sala. Deste modo, torna-se possível proporcionar às crianças um crescimento/desenvolvimento saudável.

Ainda no setor social, mas no que respeita à área da terceira idade, os níveis de atividade têm vindo a manter-se estáveis (Lar, Centro Dia e Apoio Domiciliário). Importa também mencionar que os utentes integrados nas respostas de lar e centro de dia têm ao seu dispor uma equipa multidisciplinar (Técnica de Serviço Social, Psicóloga, Fisioterapeuta, Enfermeira, Dietista e Animadora Sociocultural) que trabalha com vista à otimização das capacidades individuais de cada utente.

Quanto à hospitalar, a de maior visibilidade e abrangência, tem consolidado ser resposta para um conjunto abrangente de patologias, quer na vertente de apoio ao diagnóstico que ao seu tratamento e convalescença.

2 – Atividade

Neste ponto serão focados alguns aspetos que entendemos de relevo, para que se possa proceder a uma avaliação pormenorizada e perceptível do que tem vindo a ser o processo evolutivo da atividade da FAAD, nas várias áreas de atuação.

❖ Apoio à 3ª Idade

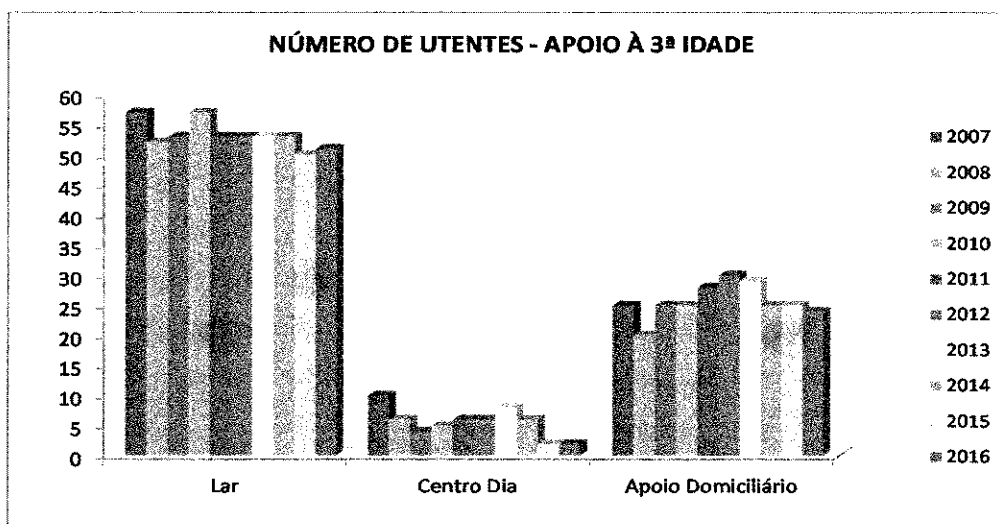


Ilustração 1 - Número de utentes - apoio à 3ª idade

Tendo em conta os números apresentados no gráfico acima, verifica-se que nas três vertentes de apoio à terceira idade não se têm vindo a notar alterações muito expressivas. Essa situação terá alteração no decorrer deste ano, tendo em conta se aguardar o licenciamento da nova ala de Centro de Dia e de novos 4 quartos, obra já terminada neste data.

❖ Apoio à Infância

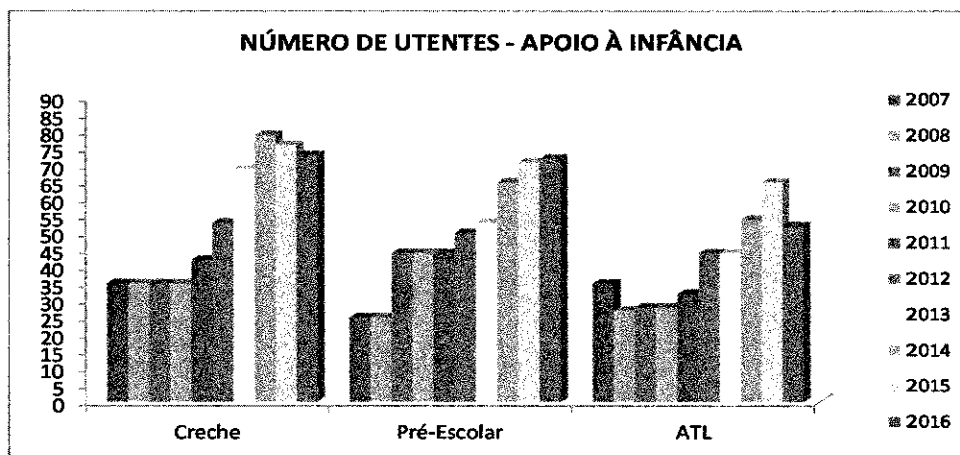


Ilustração 2 - Número de utentes - apoio à infância

Relativamente às respostas da área da infância denota-se uma ligeira oscilação nas respostas de creche e pré-escolar, bem como uma variação um pouco mais expressiva na resposta de atividades de tempos livres. Complementar a esta situação está o facto de não haver revisão de acordos há mais de 5 anos, pelo que estamos longe de fazer corresponder a efetiva frequência aos apoios concedidos pela Segurança Social e Ministério da Educação. A recente publicação de legislação que altera o modo de revisão dos acordos faz-nos crer que haja uma distribuição mais equitativa, pois não se compreende o desfasamento que temos, nalgumas respostas a rondar os 50%. Também o facto de termos o infantário

aberto por 13 horas diárias não mereceu o pagamento de apoio previsto, escudados nas dificuldades orçamentais.

❖ Atividade Hospitalar – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica

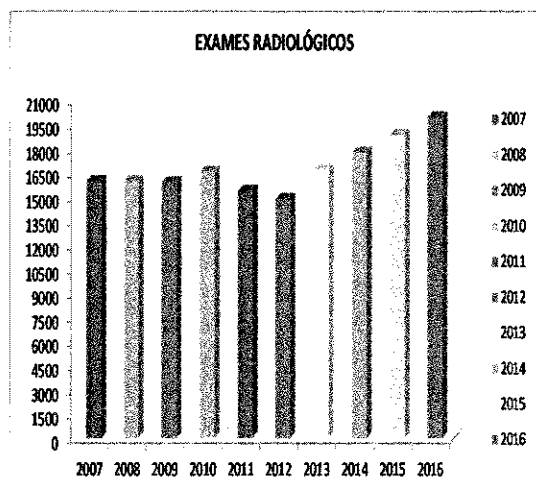


Ilustração 3 - Exames Radiológicos

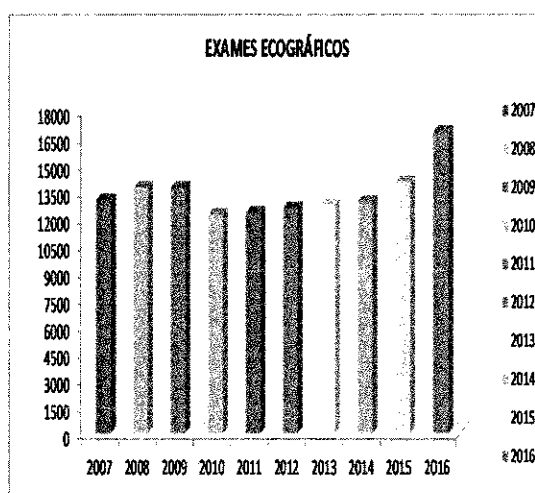


Ilustração 4 - Exames Ecográfico

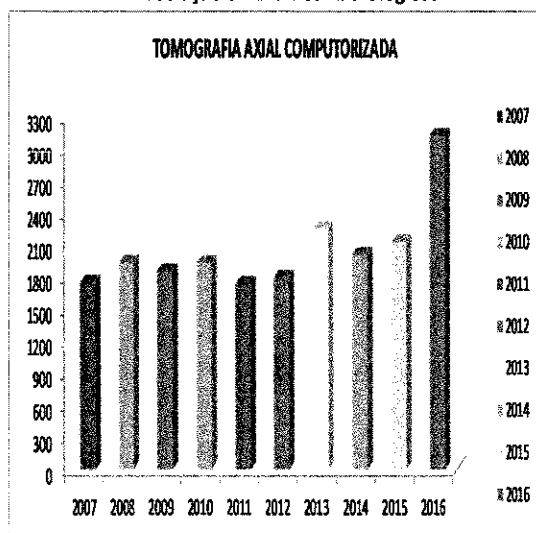


Ilustração 5 - Tomografia Axial Computorizada

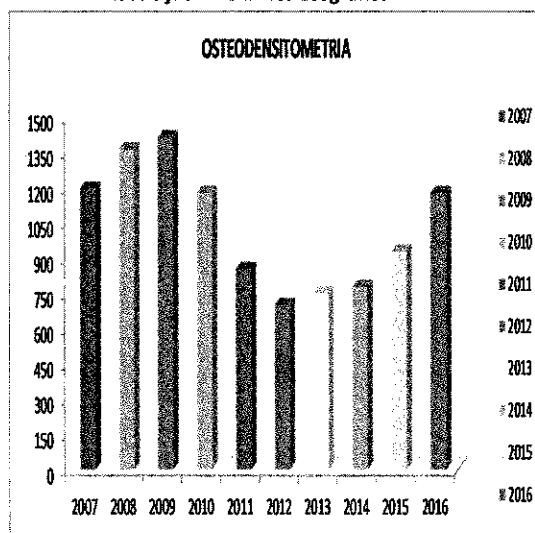


Ilustração 6 - Osteodensitometria

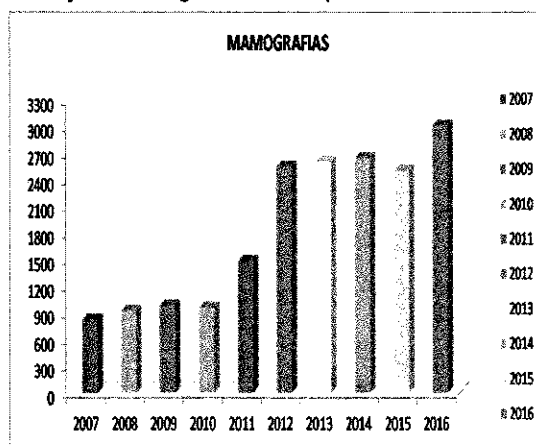


Ilustração 7 - Mamografias

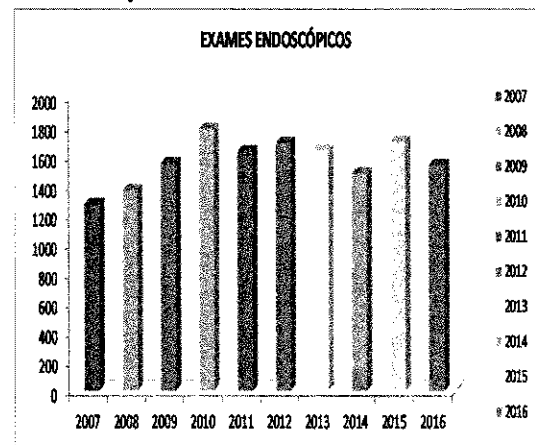


Ilustração 8 - Exames Endoscópicos

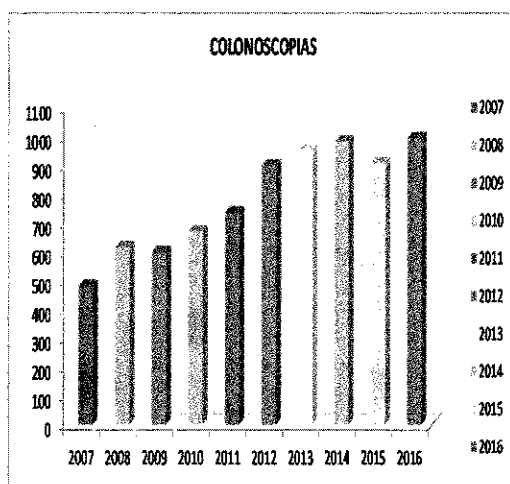


Ilustração 9 - Colonoscopias

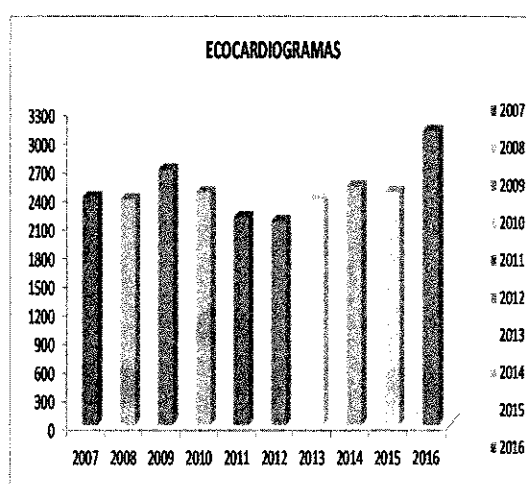


Ilustração 10 - Ecocardiogramas

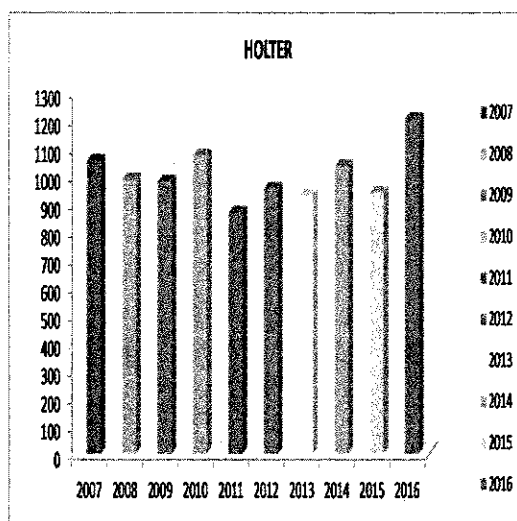


Ilustração 11 - Holter

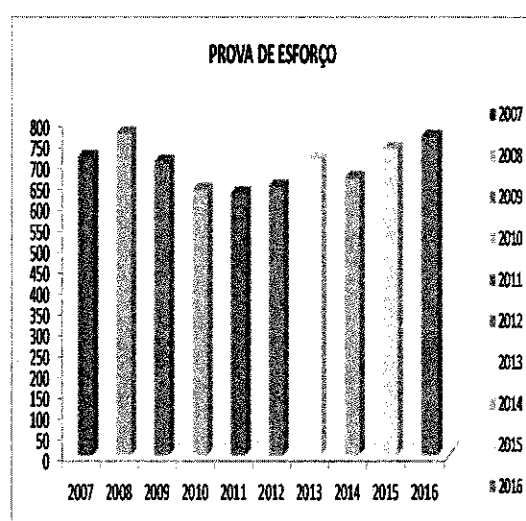


Ilustração 12 - Prova de Esforço

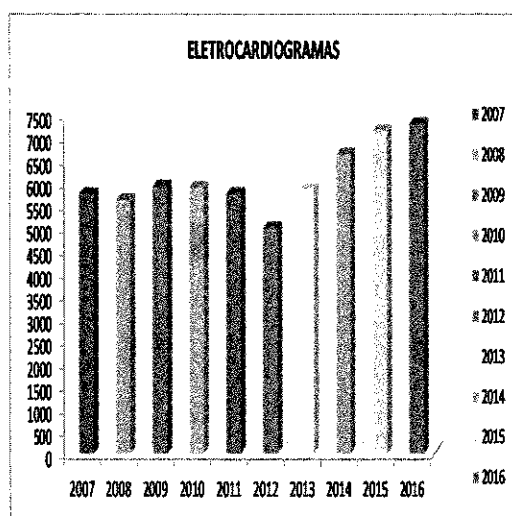


Ilustração 13 - Eletrocardiogramas

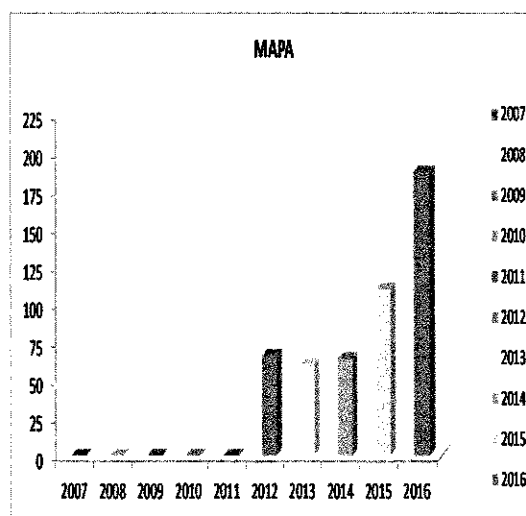


Ilustração 14 - MAPA

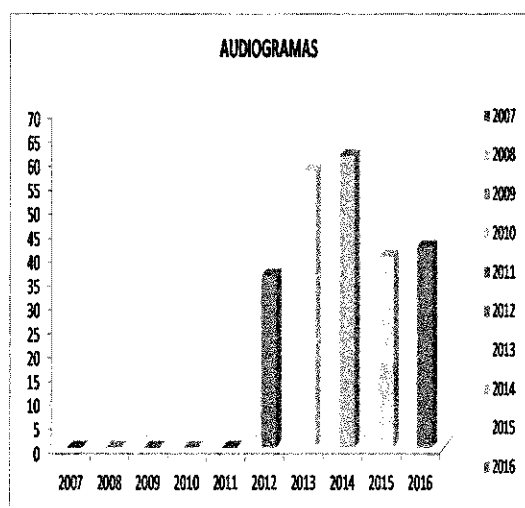


Ilustração 15 - Audiogramas

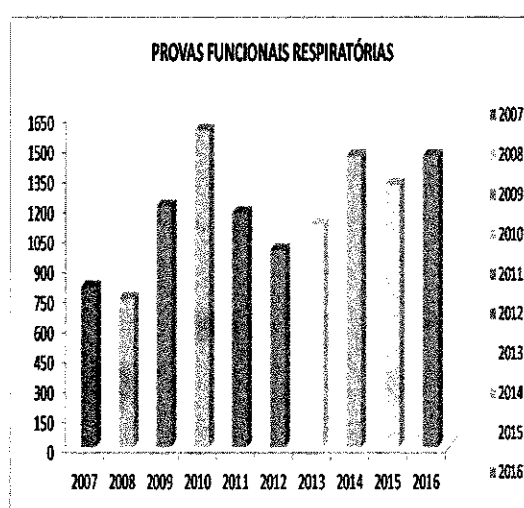


Ilustração 16 - Provas Funcionais Respiratórias

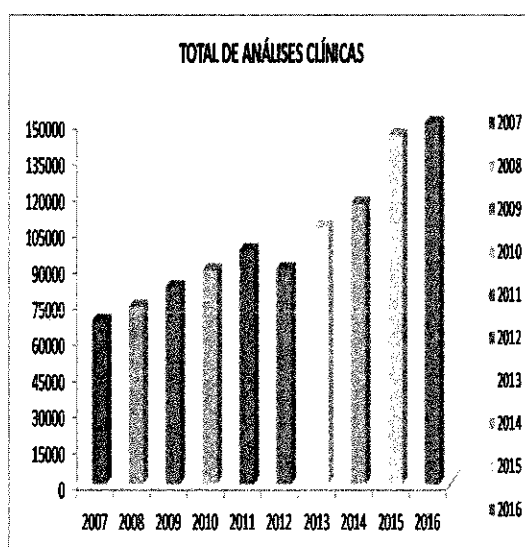


Ilustração 17 - Total de Análises Clínicas

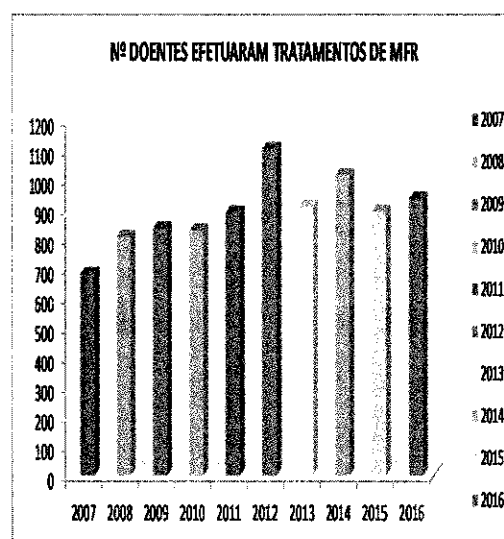


Ilustração 18 - Nº Doentes efetuaram tratamentos MFR

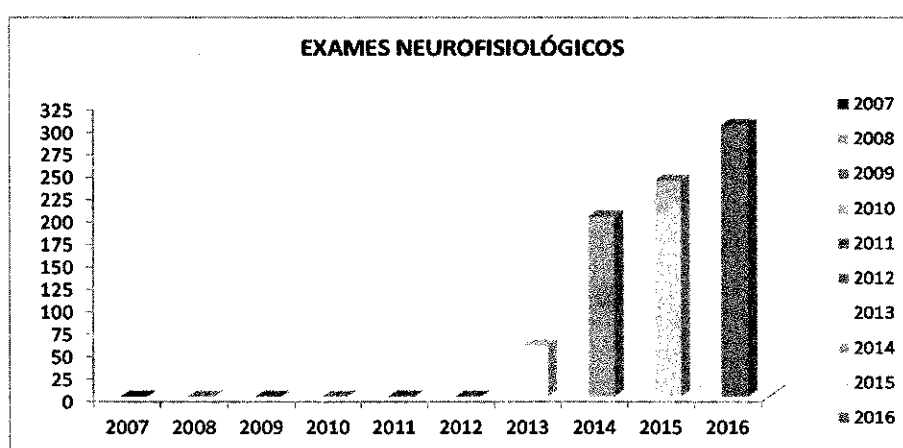


Ilustração 19 - Exames Neurofisiológicos

Como se pode analisar nos gráficos supra apresentados, no que respeita aos meios complementares de diagnóstico realizados no ano 2016, verifica-se uma variação positiva na quase totalidade dos exames. Certamente que este aumento é também revelador da importância que a

Instituição tem nesta zona geográfica, ao colocar à disposição das populações uma vasta gama de serviços, com horário alargado, equipamentos apropriados e recursos qualificados.

O aumento da procura dos nossos serviços, e o facto de a FAAD ter capacidade instalada para corresponder positivamente a essa procura, faz transparecer as potencialidades de que a Instituição dispõe para o incremento da atividade diária.

❖ Atividade Hospitalar – Consultas

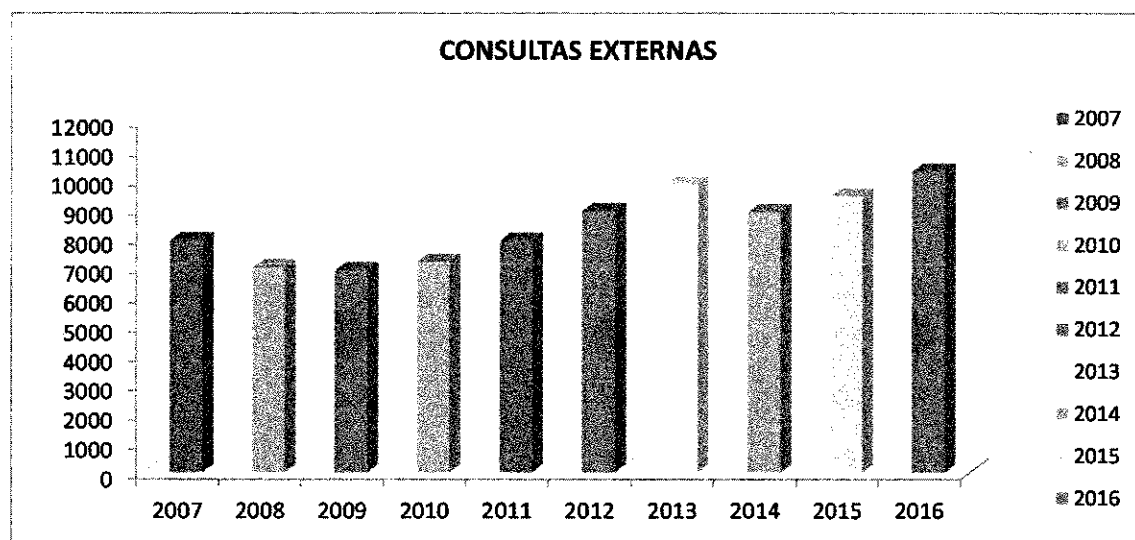


Ilustração 20 - Consultas Externas

Na FAAD, os utentes podem usufruir de consulta externa em diversas áreas, sendo sempre nosso propósito alargar este âmbito de atuação, o que nem sempre é um processo simples. No ano 2016, e à semelhança de que se verificou no ano transato, houve um acréscimo na ordem das 800 consultas realizadas. As especialidades com maior procura foram: Ortopedia, Ginecologia, Clínica Geral, Cardiologia, Oftalmologia, Fisiatria, Cirurgia Geral, Pneumologia e Urologia. Importa aqui evidenciar que o número de consultas de Clínica Geral sofreu um acréscimo na ordem das 500 consultas. Este facto resulta de esta consulta estar disponível de segunda a sábado.

❖ Atividade Hospitalar – Intervenções Cirúrgicas

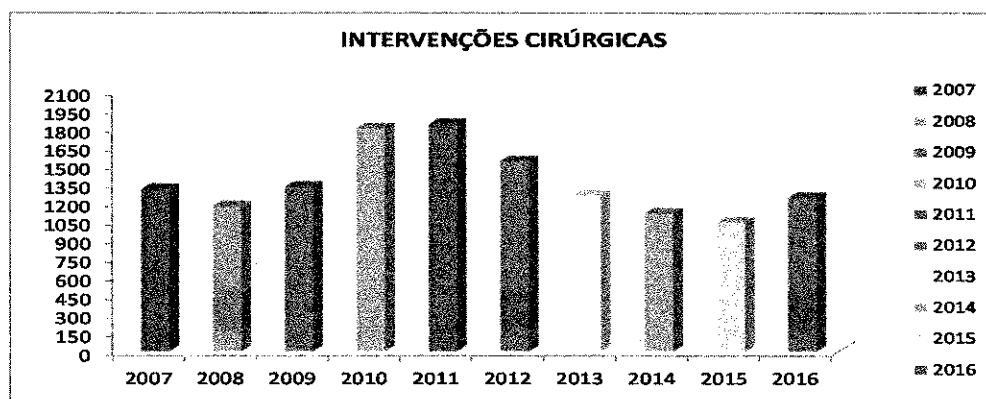


Ilustração 21 - Intervenções cirúrgicas

No decorrer do ano 2016, e apesar de todas as incertezas no que respeita ao protocolo com a ARS, verificou-se um incremento da atividade cirúrgica da FAAD na ordem das 196 intervenções, por haver necessidade de resposta a situações clínicas detetadas no âmbito da consulta externa. O não querer defraudar a expectativa criada pelos utentes, de querer a sua situação resolvida, nem sempre é exequível pelo teto à faturação no caso dos utentes do SNS.

❖ Atividade Hospitalar – Unidade Móvel de Saúde (UMS)

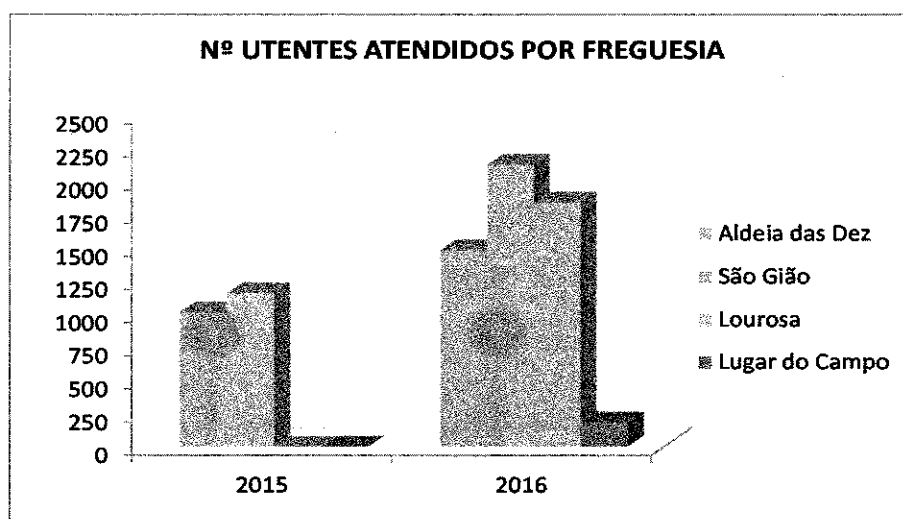


Ilustração 22 - Nº Utentes Atendidos por Freguesia

À semelhança do ano transato, a UMS tem tido uma atividade continuada, que no ano 2016 se expandiu a outras localidades, conforme solicitado pelo Município Oliveirense, principal financiador da operação. Como se pode ver no gráfico apresentado, a atividade da UMS mais do que duplicou.

Este tipo de serviço é de extrema importância para as populações, na medida em que lhes podem ser prestados os seguintes cuidados: administração de fármacos; monitorização e vigilância de terapêutica crónica; monitorização de sinais vitais e glicémia capilar; tratamento de feridas; sinalização de situações de risco e encaminhamento para os serviços adequados; monitorização do peso e educação para a saúde.

A prestação deste tipo de cuidados ao domicílio tem-se vindo a mostrar de extrema importância, na medida em que sendo a população maioritariamente idosa, apresenta dificuldades de mobilidade a nível físico e de transporte, dispõe de baixos recursos financeiros e por vezes sofre de patologias crónicas que necessitam de vigilância regular. A conjugação destes fatores, em muitos casos, seria um impeditivo para que as populações usufríssem dos cuidados de saúde básicos, o que poderia conduzir ao agravamento de determinadas patologias, que devidamente monitorizadas apresentam riscos reduzidos.

3 – Investimentos

Apesar de estarmos a atravessar um período em que a concretização de investimentos se encontra dificultada, pelas restrições financeiras que têm vindo a ser impostas, na FAAD têm sido encetados

todos os esforços para que seja possível proceder a melhorias que julgamos essenciais para aperfeiçoar a qualidade dos serviços prestados, tendo em conta a satisfação dos clientes. Referimos, então alguns aspetos essenciais:

❖ Aquisição de Diverso Equipamento Hospitalar

Ao longo deste ano, alguns serviços viram melhorado o seu equipamento. Tal aconteceu no serviço de cardiologia, onde se procedeu à renovação e aumento do equipamento de MAPA, Holter de ECG, Eletrocardiógrafo, Prova de Esforço e Ecocardiografo. Este foi um investimento na ordem dos 53.812,50€.

Também o serviço de Imagiologia – Ecotomografias, foi melhorado através da aquisição de um novo Ecógrafo, equipamento topo de gama no que concerne a imagem melhora, que simplifica a realização do diagnóstico e o tipo de exames a realizar. Este investimento foi de 38.437,50€.

Procedeu-se ainda à aquisição de um novo monitor de sinais vitais para o bloco operatório, no valor de 1.537,50€.

❖ Adaptação da resposta de ERPI e licenciamento da resposta social de Centro de Dia

Procedeu-se a alterações na estrutura do Estabelecimento Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), na medida em que se tornava necessário adaptar esta construção às novas normas providas do serviço de Segurança Social, no que respeita ao número de utentes por quarto.

Foram também realizadas algumas obras de reestruturação do rés-do-chão desta estrutura, de acordo com as indicações dadas pelos técnicos da Segurança Social, a fim de que seja possível proceder ao licenciamento da resposta social de centro de dia.

❖ Aquisição de equipamento para parque móvel – BPI Sénior

No decorrer do ano, a FAAD viu aprovada a candidatura realizada ao projeto “Prémio BPI Sénior”, que tinha como objetivo a aquisição de equipamento para alargamento e crescimento do parque móvel da Instituição, que tem vindo a dar apoio às famílias há mais de quinze anos.

Havendo cada vez mais solicitações/pedidos para o empréstimo de equipamento/ajudas técnicas, surgiu a possibilidade de efetuar esta candidatura que se mostrou favorável. O projeto consiste no empréstimo de um conjunto de ajudas técnicas, a pessoas que após a alta hospitalar apresentam algumas dificuldades e necessitam de apoios. Não tendo as famílias os recursos suficientes para adquirir estes equipamentos, têm a possibilidade de usufruir dos mesmos, apenas mediante a inscrição de membros da Liga de Amigos (com o pagamento de uma quota anual no valor de dez euros). Dispondo destes recursos, é possível que um maior número de utentes faça a sua recuperação em ambiente familiar usufruindo de outros meios mais adequados à sua situação, o que está patente no número de empréstimos já efetuados neste primeiro trimestre de 2017.

Para além do já existente, foi então possível adquirir andarilhos com rodas e assento; andarilhos fixos; cadeiras de banho móvel e rotativas; cadeiras de rodas; cadeiras de rodas com pés elevatórios;

camas tripartidas elétricas; colchões anti escaras com compressor; colchões tripartidos; grades laterais; gruas elevatórias; lava cabeças; mesas de refeições no leito/leitura e tábuas de transferência. O valor do investimento foi de 18.275,00€.

4 – Produção

No que respeita aos níveis financeiros de produção, no ano 2016 verificou-se um acréscimo na ordem dos 270.000,00€ no total da prestação de serviços.

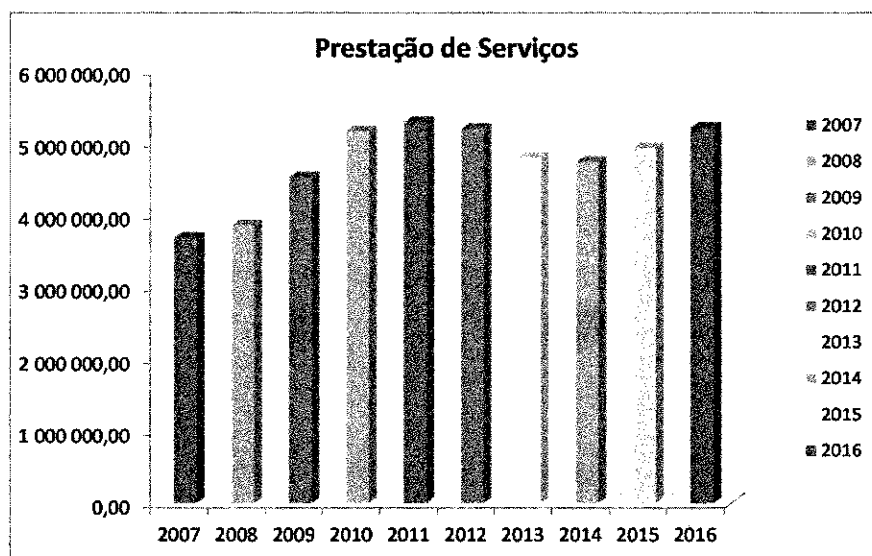


Ilustração 23 - Prestação de Serviços

Tendo em conta todos os esforços que se têm vindo a realizar, este ano terminou com um resultado líquido favorável de 1.347.576,10€. De salientar que neste resultado está incluído o rendimento, de carater extraordinário, resultante da mais-valia decorrente da alienação do prédio sito no nº 45 da Rua Andrade em Lisboa (1.146.410,51€), pelo que se excluirmos este efeito pontual, o valor do resultado respeitante à atividade operacional desenvolvida pela FAAD é de 201.165,59€.

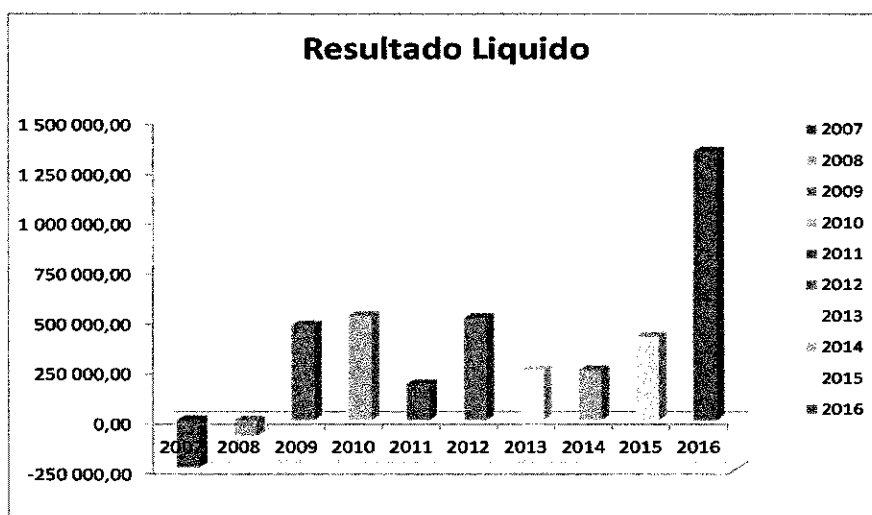


Ilustração 24 - Resultado Líquido

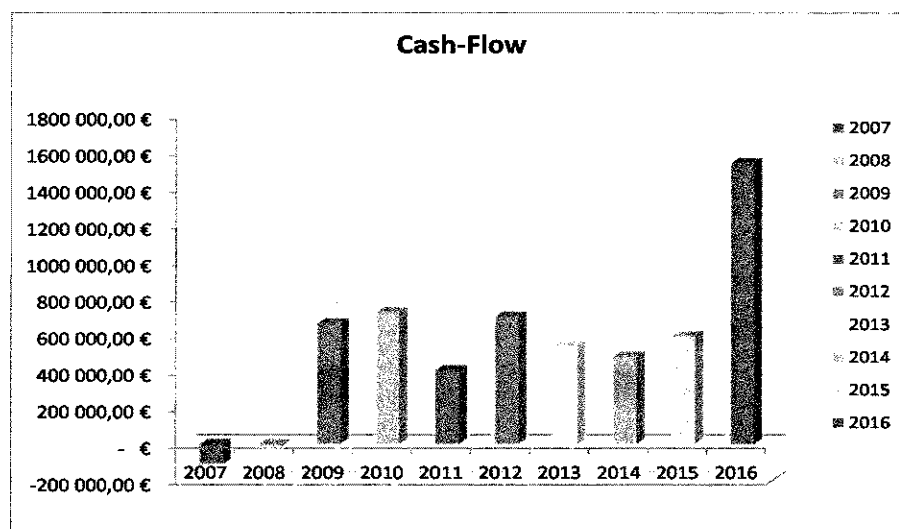


Ilustração 25 - Cash-Flow

Também o valor do Cash-Flow se encontra influenciado pelo indicado acima, ou seja, pela alienação do prédio.

5 – Recursos Humanos

Para que a atividade da FAAD decorra dentro dos parâmetros que desejamos, é fundamental que se encontrem reunidas um conjunto de condições, das quais destacamos a qualificação dos colaboradores. Deste modo, tem vindo a ser nosso desígnio apostar na formação de todos os profissionais da Instituição.

No que respeita aos gastos com pessoal, e comparativamente com o ano transato, verificou-se um acréscimo na ordem dos 22.000,00€.

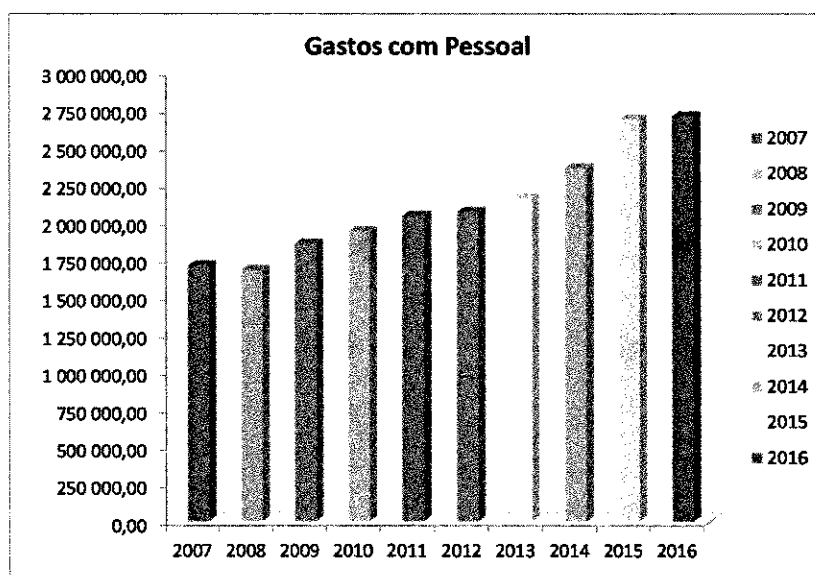


Ilustração 26 - Gastos com Pessoal

6 - Articulação com o Serviço Nacional de Saúde

6.1 - Faturação

A faturação de internamento em medicina e cirurgia bem como a cirurgia de ambulatório ao SNS assenta em metodologia que tem por regra principal a codificação clínica através do ICD9 para obter um agrupamento em Grupo de Diagnósticos Homogéneos (GDH's). A cada GDH corresponde um valor que apenas difere por graus de complexidade, valor esse que está tabelado pelo SNS. Além do valor é ainda indicado o peso relativo, que permite aferir o índice de *casemix*, valor de referência que possibilita estudos comparativos.

Desde 2002 que a FAAD utiliza este método, por imperativo do acordo de cooperação estabelecido com a ARS Centro.

Contudo, este ano, os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, como corolário de um conjunto de inovações introduzidas naquele sistema de codificação, nomeadamente a criação de uma plataforma WebGDH que antecipa uma nova versão a entrar em vigor em 2017 que utilizará pela primeira vez as regras do ICD10 (com maior número de códigos quer para diagnósticos quer para procedimentos), veio a experienciar dificuldades de comunicação entre os hospitais e esse serviço centralizado na ACSS, que no caso da FAAD já só ficaram resolvidos em março de 2017.

Daqui deriva que toda a faturação desde setembro não foi elaborada, por não haver como codificar todos esses processos.

Nesse sentido e depois de apurada todo o valor a que corresponderia a efetiva faturação (831.449,24€), foram, no cumprimento da especialização do exercício, reconhecidos estes rendimentos em 2016, que virão a ser faturados em 2017, bem como gastos que lhe estão associados por corresponderem aos custos das equipas médicas que receberão uma percentagem do valor do ato médico subjacente à codificação em GDH's.

6.2 - Divergências quanto ao entendimento do protocolo de contratualização com a ARS Centro

No decorrer do corrente ano e tendo em conta que a nova versão do documento regulador da atividade da FAAD, embora negociado entre as partes, não obteve a homologação da Secretaria de Estado da Saúde, à semelhança dos dois últimos anos, uma vez mais a FAAD teve imensas dificuldades em conseguir estabelecer um rumo para a sua gestão, tendo em conta as parcas informações e, nalguns casos contraditórias, que ia obtendo daqueles organismos.

Acresce que, a falta de aprovação desse novo documento amplia as deficiências já notadas em relação ao clausulado anterior, o que, no caso da ARS, parece justificar atrasos no pagamento de serviços prestados, que chegaram a atingir os 9 meses. Não menos relevante foi o facto de em setembro último a ARS ter chegado à conclusão que o protocolo tem vigência anual entre os meses de abril e março do ano seguinte e ter querido aferir, com carácter retroativo, qual o volume de faturação do período abril de 2015 a março de 2016. Como até aqui e desde 2002 o período anual de referência foi

sempre o ano civil, querer alterar esta regra provocou uma distorção que, isoladamente considerada, faz ultrapassar o limite de faturação definido.

Apesar de explicada esta situação, a ARS Centro não tem sido sensível aos argumentos, provocando mais uma questão que ainda se encontra por resolver e da qual resulta que não tenha sido integralmente paga a faturação de março de 2016.

Este assunto estará em cima da mesa para uma ronda negocial que tarda em iniciar, não obstante as promessas do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Saúde de que será resolvida esta questão com o estabelecimento de um novo clausulado mais consentâneo com a atual legislação e a efetiva prestação de serviços por parte do Hospital da FAAD.

7 - Centro Comunitário da Lageosa

Como já referenciado no relatório do ano de 2015, existe uma ligação umbilical à Lageosa, terra do fundador Aurélio Amaro Diniz, o que justifica desde logo a aproximação à Associação dos Amigos da Lageosa e ao seu Centro Comunitário.

Na fase inicial deste Centro Comunitário, a FAAD colocou à disposição do mesmo os seus técnicos até que esta tivesse a sua autonomia.

No ano 2015, o Conselho de Administração da FAAD voltou a ser abordada pelo Centro Comunitário, expressando as dificuldades financeiras por que aquele Centro estaria a passar, tal como já haviam reportado ao Centro Distrital de Segurança Social. Em resultado de reunião realizada com os responsáveis do Centro Comunitário e da Segurança Social, desde logo, esta Instituição se mostrou disponível para colaborar no sentido de dar o seu contributo para a viabilização do Centro, com deslocações periódicas dos nossos técnicos, a fim de que fosse possível aferir as prioridades.

Foi entendimento da direção do Centro Comunitário, que a gestão do mesmo deveria ser entregue à FAAD, em moldes que se definiriam em conjunto com Segurança Social. Daqui resulta que o património passaria para a F.A.A.D., assim como os compromissos com os funcionários, num processo de “fusão” ou equivalente que levaram à discussão e aprovação em Assembleia Geral realizada em 26 de julho e que recolheu a unanimidade dos presentes. Depois de um conjunto de contactos entretanto promovidos com técnicos da tutela, a 17 de setembro de 2015 seguiu ofício assinado pelos presidentes das duas IPSS para a Segurança Social para sintetizar todo este processo e solicitar o apoio para se efetuar o que havia sido decidido, o que até esta data ainda não aconteceu.

Desde então a F.A.A.D. tem vindo a colaborar com a A.A.L., prestando diversos serviços para que não esteja comprometida a continuidade da ação do Centro Comunitário. Até esta data não foi possível formalizar de facto esta união, que está sujeita a pareceres da Segurança Social e da entidade gestora do programa de verbas comunitárias que apoiou a construção daquela estrutura. Ainda assim, com a nossa colaboração, há já uma recuperação do número de utentes nas suas diversas vertentes de intervenção.

8 - A Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital

Desde que esta escola, pertencente ao Instituto Politécnico de Coimbra, se instalou em Oliveira do Hospital que a FAAD se tem vindo a mostrar disponível para colaborar no que julgassem pertinente. No ano 2014 a Instituição foi abordada pelo diretor da ESTGOH, dando conta das suas preocupações com um conjunto de alunos estrangeiros no que respeita à sua residência e alimentação. A FAAD, desde logo se mostrou disponível para colaborar na minimização das necessidades deste grupo de alunos, tendo vindo a prestar o apoio necessário aos mesmos. Nesta data o apoio não se está a processar, por estar por resolver questão interna do IPC que balize o mesmo e assuma os encargos desta parceria.

9 - Alienação de património

No decorrer deste ano, foi possível à FAAD concretizar um intento que tinha definido há uns anos para a alienação do prédio sito no nº 45 da Rua Andrade, em Lisboa, sua propriedade e sem uso em qualquer vertente social da instituição mas tão somente destinado a arrendamento. Esta alienação, além de necessária pelo estado de degradação do edifício, várias vezes notada pela autarquia, também assumia uma importância estratégica tendo em conta a realização de fundos para serem aplicados na ampliação do hospital. O processo negocial foi encetado com diversos interessados, tendo sido decidido, sem intervenção de qualquer mediador, a favor do consórcio que apresentou a melhor proposta financeira bem como o facto de manter os 4 contratos de arrendamento em vigor e cujo processo de saída dos inquilinos se estava a mostrar lento, complicado e dispendioso.

10 - Perspetiva para o futuro

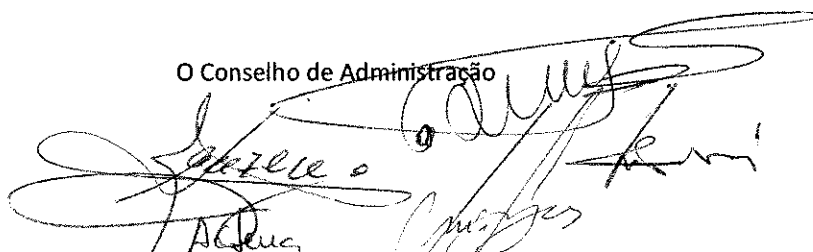
A sustentabilidade de uma instituição como a FAAD não é um fim em si mesmo mas é a condição necessária para que a FAAD cumpra hoje e amanhã a sua função. Portanto, sempre que instituição se reinventa para prestar os serviços que a população precisa sem colocar em causa a sua sustentabilidade ou, melhor, se a puder reforçar, está a cumprir os seus desígnios. É com este espírito que o atual Conselho de Administração inicia o seu último ano do corrente mandato, na constante certeza de que procurará incutir a todos os colaboradores esta permanente preocupação.

A expectativa é que a obra de ampliação do hospital possa ser uma realidade, pelo que, paulatinamente, se continua a construir as bases para o seu lançamento no mais curto espaço de tempo que não conflitua com a referida sustentabilidade mas, que pelo contrário, a potencie.

Por fim, agradecemos a todas as entidades que conosco se relacionam, bem como aos funcionários, voluntários e restantes colaboradores que todos os dias, pela sua prática, engrandecem o nome da instituição.

Oliveira do Hospital, 22 de março de 2017

O Conselho de Administração



BALANÇO

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500746621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	3 542 716,14	3 518 274,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	4 096,59	4 910,92
Investimentos financeiros	17.1	6 078,20	6 078,20
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 552 890,93	3 529 263,12
Ativo corrente			
Inventários	9	94 483,14	80 250,05
Créditos a receber	17.3	2 141 616,89	1 999 038,77
Estado e outros entes públicos	17.9	17 256,26	13 002,66
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	17.5	3 799,35	3 079,81
Outros ativos correntes	17.4	834 881,64	8 541,40
Caixa e depósitos bancários	17.6	1 324 408,55	805 638,38
		4 416 445,83	2 909 551,07
Total do ativo		7 969 336,76	6 438 814,19
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	17.7	1 591 388,23	1 591 388,23
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	17.7	2 649 363,95	2 229 432,12
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	17.7	1 005 585,08	1 017 302,30
		5 246 337,26	4 838 122,65
Resultado líquido do período		1 347 576,10	419 931,83
Total dos fundos patrimoniais		6 593 913,36	5 258 054,48
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	11	101 684,04	101 684,04
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		101 684,04	101 684,04
Passivo corrente			
Fornecedores	17.8	695 714,01	688 242,84
Estado e outros entes públicos	17.9	62 924,80	65 473,03
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros passivos correntes	17.10	515 100,55	325 359,80
		1 273 739,36	1 079 075,67
Total do passivo		1 375 423,40	1 180 759,71
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		7 969 336,76	6 438 814,19

A Direção

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

[Assinatura]

O responsável

[Assinatura]

Le n.º 13264

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 500746621

Moeda: (Valores em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 016	2 015
Prestações de serviços	10	5 206 455,39	4 927 625,35
Subsídios, doações e legados à exploração	17.12	746 552,53	819 669,37
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	17.16	127 099,44	184 896,19
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	1 070 542,21	1 010 498,48
Fornecimentos e serviços externos	17.13	2 012 131,64	1 770 357,55
Gastos com o pessoal	15	2 706 298,49	2 681 779,24
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	17.14	1 247 579,30	116 602,95
Outros gastos	17.15	5 968,96	21 537,54
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 532 745,36	564 621,05
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	192 870,63	171 115,64
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 339 874,73	393 505,41
Juros e rendimentos similares obtidos	17.17	9 795,90	28 494,73
Juros e gastos similares suportados	17.17	2 094,53	2 068,31
Resultados antes de impostos		1 347 576,10	419 931,83
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		1 347 576,10	419 931,83

A Direção

responsável

CC 9-13364

ACIENA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERIÓDICA
PERÍODO FINDO EM 31 DE REG. EXERCÍCIO DE 2016

Contribuinte: 500 746 621
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	DATAS	
	2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo		
Recebimentos de Clientes e Utentes	4 534 953,51	4 712 970,10
Recebimentos de Subsídios à Exploração	746 952,52	819 669,37
Recebimentos de Rendimentos Suplementares Operacionais	46 493,98	53 296,14
Pagamentos de Subsídios	0,00	0,00
Pagamentos de Apoios	0,00	0,00
Pagamentos de Bolsas	0,00	0,00
Pagamentos a Fornecedores	3 132 795,37	2 984 219,74
Pagamentos ao Pessoal	1 721 138,02	1 658 365,33
<i>Caixa gerada pelas operações</i>	<i>474 466,62</i>	<i>943 350,54</i>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos	-920 365,81	-849 286,20
<i>Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)</i>	<i>-445 899,19</i>	<i>94 064,34</i>
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	219 051,90	150 886,15
Activos intangíveis	6 221,41	1 474,77
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis	1 164 011,80	19 018,30
Activos intangíveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros activos	0,00	0,00
Subsídios ao investimento	18 275,00	0,00
Juros e rendimentos similares	9 795,90	28 494,73
Dividendos	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)</i>	<i>966 809,39</i>	<i>-104 847,89</i>
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Realização de fundos	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos	0,00	0,00
Doações	0,00	0,00
Outras operações de financiamentos	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos	0,00	0,00
Juros e gastos similares	2 140,03	2 068,31
Dividendos	0,00	0,00
Redução de fundos	0,00	0,00
Outras operações de financiamento	0,00	0,00
<i>Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)</i>	<i>-2 140,03</i>	<i>-2 068,31</i>
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	518 770,17	-12 851,86
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	805 638,38	818 490,24
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 324 408,55	805 638,38

A Direcção

O Responsável

2016-13364



Fundação Aurélio Amaro Diniz

FUNDAÇÃO DE AURÉLIO AMARO DINIZ - IPSS
Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
31 de dezembro de 2016

1 Identificação da Entidade

A “FUNDAÇÃO DE AURELIO AMARO DINIZ - IPSS” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Fundação” com estatutos publicados no Diário da República n.º 212, Série III, de 2 de agosto de 1984, com sede em Rua António Mendes Monteiro - Quinta da Comenda - 3400-083 Oliveira do Hospital, dando expressão organizada no dever de solidariedade e de justiça entre indivíduos mediante a concessão de bens e prestação de serviços.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado nos termos dos n.ºs 1, 5 e 6 do artigo 11.º do Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Decreto -Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com a redação dada pelo Decreto -Lei n.º 98/2015, de 2 de junho;
- Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins (Sustentabilidade).

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas nas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados pelo Valor Patrimonial Tributário.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Pelo regime de depreciações utilizado anteriormente revelar efetuar uma estimativa de vida útil adequada, mantiveram-se as taxas até aqui utilizadas, extraídas da legislação fiscal.

Nesta rubrica encontram-se ainda incluídos “as designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios)” (ver ponto 7.5)

3.2.2 Bens do património histórico e cultural

Não existem bens do património histórico e cultural.

3.2.3 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, extraído da legislação fiscal.

3.2.4 Investimentos financeiros

A F.A.A.D. é detentora de participações em duas cooperativas, tendo sido o seu registo efetuado pelo valor da aquisição das mesmas. Em ambas foi recebido donativo de terceiros para a aquisição desse capital.

3.2.5 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o Custo Médio Ponderado.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Não existem mecanismos negociados de eliminação de riscos financeiros (câmbios, taxas de juro, entre outros).

➤ Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

➤ Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim, retratar o valor realizável líquido.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente.

➤ Outros ativos e passivos financeiros

Não existem instrumentos financeiros a reconhecer.

➤ Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

➤ Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

Não aplicável.

3.2.8 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.9 Financiamentos Obtidos

➤ Empréstimos obtidos

Não existem empréstimos junto de instituições bancárias ao longo de todo o exercício, sendo que os valores presentes como gastos bancários correspondem a comissões de serviços.

➤ Locações

Não existem contratos de locação.

3.2.10 Estado e Outros Entes Públicos

A F.A.A.D. encontra-se isenta de IRC conforme despacho dos Ministérios das Finanças e do Trabalho e Solidariedade de 16 de julho de 1998 (Diário da República III Série, nº 227).

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

À semelhança dos anos anteriores foi efetuada a imputação do IVA a recuperar relativo a 50% do valor do IVA suportado com as despesas relativas a prédios no decorrer do ano 2016. Este valor corresponde a 10.348,15€.

Além deste, foi também efetuada a imputação de 50% do valor do IVA relativo aos bens alimentares e bebidas adquiridas no ano 2016, de acordo com estabelecido no OE para o referido ano. Este montante corresponde a 10.482,39€.

5 Ativos Tangíveis

➤ Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 727,63 €	16,61 €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 690 127,66 €	- €	- €	- €	- €	4 690 127,66 €
Equipamento básico	1 455 224,13 €	17 896,14 €	- 12 724,67 €	- €	- €	1 460 395,60 €
Equipamento de transporte	207 741,46 €	4 000,00 €	- 99,76 €	- €	- €	211 641,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	391 907,87 €	9 900,64 €	- 5 159,97 €	- €	- €	396 648,54 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimento em curso	7 484,59 €	10 750,20 €	- €	- €	- €	18 234,79 €
Total	8 084 416,66 €	42 563,59 €	- 17 984,40 €	- €	- €	8 108 995,85 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 492 392,90 €	112 541,76 €	- €	- €	- €	2 604 934,66 €
Equipamento básico	1 395 706,72 €	21 560,63 €	- 12 724,67 €	- €	- €	1 404 542,68 €
Equipamento de transporte	192 374,77 €	16 166,69 €	- 99,76 €	- €	- €	208 441,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	348 448,67 €	15 016,23 €	- 2 868,90 €	- €	- €	360 596,00 €
Outros Activos fixos tangíveis	10 912,64 €	1 292,90 €	- €	- €	- €	12 205,54 €
Total	4 439 835,70 €	166 578,21 €	- 15 693,33 €	- €	- €	4 590 720,58 €

Ilustração 27 - Ativos Fixos Tangíveis 2015

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	1 304 744,24 €	- €	- €	- €	- €	1 304 744,24 €
Edifícios e outras construções	4 690 127,66 €	- 0,00 €	- 402 627,81 €	- €	- €	4 287 499,85 €
Equipamento básico	1 460 395,60 €	116 578,29 €	- 5 556,03 €	- €	- €	1 571 417,86 €
Equipamento de transporte	211 641,70 €	0,00 €	- €	- €	- €	211 641,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	396 648,54 €	7 615,70 €	- €	- €	- €	404 264,24 €
Outros Activos fixos tangíveis	27 203,32 €	- €	- €	- €	- €	27 203,32 €
Investimentos em Curso	18 234,79 €	89 380,13 €	- €	- €	- €	107 614,92 €
Total	8 108 995,85 €	213 574,12 €	- 408 183,84 €	- €	- €	7 914 386,13 €
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Edifícios e outras construções	2 604 934,66 €	112 499,88 €	- 400 145,08 €	- €	- €	2 317 289,46 €
Equipamento básico	1 404 542,68 €	57 359,07 €	- 5 556,00 €	- €	- €	1 456 345,75 €
Equipamento de transporte	208 441,70 €	800,00 €	- €	- €	- €	209 241,70 €
Equipamento biológico	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Equipamento administrativo	360 596,00 €	14 697,37 €	- €	- €	- €	375 293,37 €
Outros Activos fixos tangíveis	12 205,54 €	1 292,90 €	- €	- €	- €	13 498,44 €
Total	4 590 720,58 €	186 649,22 €	- 405 701,08 €	- €	- €	4 371 668,72 €

Ilustração 28 - Ativos Fixos Tangíveis 2016

6 Ativos Intangíveis

➤ Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com os seguintes quadros:

2015						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	16 065,28 €	1 474,77 €	- €	- €	- €	17 540,05 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	16 065,28 €	1 474,77 €	- €	- €	- €	17 540,05 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	8 091,70 €	4 537,43 €	- €	- €	- €	12 629,13 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	8 091,70 €	4 537,43 €	- €	- €	- €	12 629,13 €

Ilustração 29 - Ativos Fixos Intangíveis 2015

2016						
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	17 540,05 €	5 407,08 €	- €	- €	- €	22 947,13 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	17 540,05 €	5 407,08 €	- €	- €	- €	22 947,13 €
Depreciações acumuladas						
Goodwill	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Projectos de Desenvolvimento	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Programas de Computador	12 629,13 €	6 221,41 €	- €	- €	- €	18 850,54 €
Propriedade Industrial	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Outros Ativos Intangíveis	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	12 629,13 €	6 221,41 €	- €	- €	- €	18 850,54 €

Ilustração 30 - Ativos Fixos Intangíveis 2016

7 Locações

Não aplicável.

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Não se verificaram encargos com empréstimos bancários.

9 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2015				2016		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	70 776,58 €	1 019 971,95 €	- €	80 250,05 €	1 084 775,30 €	- €	94 483,14 €
Produtos acabados e intermédios	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Produtos e trabalhos em curso	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €
Total	70 776,58 €	1 019 971,95 €	- €	80 250,05 €	1 084 775,30 €	- €	94 483,14 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- €	- €	- €	1 010 498,48 €	- €	- €	1 070 542,21 €
Variações nos inventários da produção	- €	- €	- €	- €	- €	- €	- €

Ilustração 31 - Inventários

10 Rédito

Para os períodos de 2015 e 2014 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Vendas	26 225,14 €	23 877,67 €
Prestação de Serviços		
Quotas de Utilizadores, Matrículas e Mensalidades de Utentes	545 770,17 €	529 386,23 €
Promoções para captação de recursos	4 634 460,08 €	4 374 361,42 €
Total	5 206 455,39 €	4 927 625,32 €

Ilustração 32 - Rédito

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

➤ Provisões

Mantém-se a provisão constituída no ano 2013 no valor de 101.684,04€ em virtude de não haver resposta ao recurso hierárquico enviado à Segurança Social por se discordar da necessidade de devolução de verbas a quando da gestão da “Casa Sarah-Beirão” em Travanca de Lagos.

➤ Passivos contingentes

Não se aplica.

➤ Ativos contingentes

Não se aplica.

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Governo		
ISS, IP - Centro Distrital	604 391,66 €	635 425,72 €
IEFP - Centro Emprego Arganil	76 233,04 €	125 202,39 €
Autarquias	24 025,00 €	400,00 €
POPH	- €	10 277,81 €
Instituto Gestão Fin. Seg. Social	- €	- €
Apoios do Governo		
Total	704 649,70 €	771 305,92 €

Ilustração 33 - Subsídios e Apoios do Governo

13 Efeitos de alterações em taxas de câmbio

Não se aplica.

14 Imposto sobre o Rendimento

Não se aplica.

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos manteve-se nos 5, à semelhança dos anos anteriores, não existindo qualquer vínculo como entidade patronal com qualquer um dos membros dos órgãos sociais, cuja função é desempenhada sem qualquer remuneração.

Aguarda-se a publicação dos novos estatutos, pendentes na secretaria-geral da presidência do conselho de ministros, que preconiza um total de 7 elementos no conselho de administração.

O número média de pessoas com vínculo contratual ao serviço da Entidade em 31/12/2015 era de 200 e à mesma data de 2016 passou para 202.

Os gastos que a F.A.A.D. incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	- €	- €
Remunerações ao pessoal	2 207 146,64 €	2 212 790,40 €
Benefícios Pós-Emprego	- €	- €
Indemnizações	11 667,23 €	- 993,00 €
Encargos sobre as Remunerações	431 705,48 €	416 272,81 €
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	13 413,00 €	14 498,21 €
Gastos de Acção Social	8 930,47 €	1 224,33 €
Outros Gastos com o Pessoal	33 435,67 €	37 986,49 €
Total	2 706 298,49 €	2 681 779,24 €

Ilustração 34 - Benefícios dos Empregados

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas em 2015 e 2016 foram de 6.000,00€

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Investimentos em subsidiárias	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em associadas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	- €	- €
Método de Equivalência Patrimonial	- €	- €
Outros Métodos	- €	- €
Investimentos noutras empresas	6 078,20 €	6 078,20 €
Outros investimentos financeiros	- €	- €
Perdas por Imparidade Acumuladas	- €	- €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Descrição	2016	2015
Cooperativa Rádio Boa Nova	5 000,00 €	5 000,00 €
Caixa Crédito Agrícola de Oliveira do Hospital, CRL	1 078,20 €	1 078,20 €
Total	6 078,20 €	6 078,20 €

Ilustração 35 - Investimentos Financeiros

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

Não se aplica.

17.3 Créditos a Receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2016	2015
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	2 143 717,22 €	2 001 139,10 €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes factoring		
Clientes	- €	- €
Utentes	- €	- €
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	2 100,33 €	2 100,33 €
Utentes	- €	- €
Total	2 141 616,89 €	1 999 038,77 €

Ilustração 36 - Clientes e Utentes

17.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outras ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Remunerações a pagar ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos ao pessoal	- €	- €
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	3 173,40 €	- €
Devedores por acréscimos de rendimentos	831 449,24 €	8 282,40 €
Outras operações	- €	- €
Outros Devedores	7 677,49 €	- €
Perdas por Imparidade	- 7 418,49 €	- €
Total	834 881,64	8 282,40

Ilustração 37 - Outras Contas a Receber

Nesta rubrica encontra-se registado o valor referente à imputação de serviços prestados no hospital ao longo dos meses de setembro a dezembro de 2016, cuja valorização só foi possível em março de 2017 (ver ponto 6 do relatório atividades), daí ter reconhecido o acréscimo de rendimentos. O adiantamento a fornecedores corresponde a 10% do custo do novo equipamento de Osteodensitometria adjudicado à General Electric S.A. em dezembro, para entrega em janeiro, conforme o contrato.

17.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2014, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	3 799,35 €	3 079,81 €
Total	3 799,35 €	3 079,81 €
Rendimentos a Reconhecer		
Total	3 799,35 €	3 079,81 €

Ilustração 38 – Diferimentos

17.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2016	2015
Caixa	1 825,98 €	1 482,86 €
Depósitos à ordem	167 501,85 €	51 427,25 €
Depósitos a prazo	1 150 000,00 €	750 000,00 €
Outros	5 080,72 €	2 728,27 €
Total	1 324 408,55 €	805 638,38 €

Ilustração 39 - Caixa e Depósitos Bancários

17.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	1 591 388,23 €	- €	- €	1 591 388,23 €
Excedentes técnicos	- €	- €	- €	- €
Reservas	- €	- €	- €	- €
Resultados transitados	2 229 432,12 €	419 931,83 €	- €	2 649 363,95 €
Excedentes de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 017 302,30 €	18 275,00 €	29 992,22 €	1 005 585,08 €
Total	4 838 122,65 €	438 206,83 €	29 992,22 €	5 246 337,26 €

Ilustração 40 - Fundos Patrimoniais

Nesta rubrica, as variações positivas resultam do facto de se ter procedido à transferência do resultado líquido favorável do ano 2015 (419.931,83€) para a conta “Resultados Transitados”, de acordo com deliberação da Assembleia Geral da Liga de amigos de março de 2016.

A variação positiva de 18.275,00€ corresponde ao valor atribuído pelo Banco BPI, enquanto aprovação de candidatura ao Prémio BPI Sénior, cujo rendimento vai ser reintegrado ao longo de três anos, à semelhança das amortizações previstas para o equipamento adquirido com aquela verba (banco de ajudas técnicas – ver ponto 3 do relatório de atividades).

As variações negativas resultam da imputação dos réditos correspondentes à periodização económica dos vários apoios de que a Instituição tem vindo a beneficiar nos últimos anos.

17.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	695 714,01 €	688 242,84 €
Fornecedores títulos a pagar	- €	- €
Fornecedores facturas em recepção e conferência	- €	- €
Total	695 714,01 €	688 242,84 €

Ilustração 41 - Fornecedores

17.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	17 256,26 €	13 002,66 €
Outros Impostos e Taxas	- €	- €
Total	17 256,26 €	13 002,66 €
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	- €	- €
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	- €	- €
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singualres (IRS)	14 832,01 €	18 241,63 €
Segurança Social	47 863,41 €	47 032,75 €
Outros Impostos e Taxas	229,38 €	198,65 €
Total	62 924,80 €	65 473,03 €

Ilustração 42 - Estado e Outros Entes Públicos

O valor inscrito na rubrica do ativo corresponde ao valor ainda não recebido dos pedidos de reembolso referente a 50% do valor do IVA relativamente a reparações de imóveis e bens alimentares e bebidas.

Na rubrica do passivo encontram-se inscritos os valores que correspondem aos valores que a F.A.A.D. liquidou em 2016 e pagou em janeiro de 2017 ao Estado a título de retenções na fonte de IRS e encargos sociais, nos termos da legislação aplicável.

17.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outras passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2015		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	- €	512 878,01 €	- €	321 110,52 €
Remunerações a pagar	- €	329 304,58 €	- €	321 110,52 €
Cauções	- €	- €	- €	- €
Outras operações	- €	183 573,43 €	- €	- €
Perdas por imparidade acumuladas	- €	- €	- €	- €
Fornecedores de Investimentos	- €	- €	- €	- €
Credores por acréscimo de gastos	- €	2 062,93 €	- €	3 853,32 €
Outros credores	- €	159,61 €	- €	395,96 €
Total	- €	515 100,55 €	- €	325 359,80 €

Ilustração 43 - Outras Contas a Pagar

Nesta rubrica encontram-se evidenciados os montantes a pagar em 2017, mas que respeitam a gastos de 2016. Estes valores correspondem a remunerações dos funcionários, penhoras, seguros, IMI. No caso das “outras operações”, o valor reflete o acréscimo de gastos imputados dos serviços médicos prestados, associados aos rendimentos explicados em 17.4.

17.11 Outros Passivos Financeiros

Não se aplica.

17.12 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	704 649,70 €	796 305,92 €
Subsídios de outras entidades	5 543,92 €	- €
Doações e heranças	34 496,91 €	21 420,45 €
Quotizações Liga Amigos	1 862,00 €	1 943,00 €
Legados	- €	- €
Total	746 552,53 €	819 669,37 €

Ilustração 44 - Subsídios, doações e legados à exploração

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.13 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	156 542,04 €	139 158,73 €
Serviços especializados	1 711 027,14 €	1 481 401,19 €
Materiais	18 064,84 €	24 548,04 €
Energia e fluidos	86 180,33 €	79 955,94 €
Deslocações, estadas e transportes	20 038,35 €	22 979,13 €
Serviços diversos	20 278,94 €	22 314,52 €
Total	2 012 131,64 €	1 770 357,55 €

Ilustração 45 - Fornecimentos e Serviços Externos

17.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Rendimentos Suplementares	45 842,13 €	52 409,46 €
Descontos de pronto pagamento obtidos	3 402,29 €	2 037,24 €
Recuperação de dívidas a receber	- €	- €
Outros Ganhos	610,85 €	886,68 €
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	- €	- €
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	1 161 529,07 €	19 448,80 €
Outros rendimentos e ganhos	36 194,96 €	41 820,77 €
Total	1 247 579,30 €	116 602,95 €

Ilustração 46 - Outros Rendimentos e Ganhos

17.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	5 720,15 €	6 535,75 €
Descontos de pronto pagamento concedidos	- €	- €
Dívidas incobráveis	- €	- €
Perdas em inventários	- €	- €
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	- €
Gastos e perdas nos restantes activos	- €	- €
Gastos e perdas investimentos não financeiros	- €	2 291,07 €
Outros Gastos e Perdas	248,81 €	12 710,72 €
Total	5 968,96 €	21 537,54 €

Ilustração 47 - Outros Gastos e Perdas

17.16 Trabalhos para a Própria Entidade

A rubrica "Trabalhos para a Própria Entidade" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Autoconsumos	5 476,42 €	7 500,78 €
Subsidio Alimentação	121 623,02 €	177 395,41 €
TOTAL	127 099,44 €	184 896,19 €

Ilustração 48 - Trabalhos para a Própria Entidade

Os valores inscritos nesta rubrica resultam de:

- de a quinta ter sido explorada, resultando daqui a produção de produtos hortícolas, frutícolas e azeite, valorizados aos preços de mercado conforme foram consumidos nos serviços de alimentação.

- b) outro decorrente da imputação do valor referente ao subsídio de refeição, este ano corrigido para o valor previsto no CCT.

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros, encargos da atividade bancária e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	- €	- €
Diferenças de câmbio desfavoráveis	- €	- €
Outros gastos e perdas de financiamento	2 094,53 €	2 068,31 €
Total	2 094,53 €	2 068,31 €
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	9 795,90 €	28 494,73 €
Dividendos obtidos		- €
Outros Rendimentos similares		- €
Total	9 795,90 €	28 494,73 €
Resultados Financeiros	7 701,37 €	26 426,42 €

Ilustração 49 - Resultados Financeiros

Os valores de juros obtidos decorrem de redução das taxas de juro para as operações de depósito a prazo, bem como da oscilação ao longo do ano, das verbas que se puderam alocar para esse efeito. Os outros gastos e perdas de financiamento não correspondem a qualquer operação de financiamento, mas a gastos bancários imputados por utilização de terminal de multibanco.

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

À data do balanço estão reconhecidas já, situações acontecidas no corrente ano, conforme descrito quanto à faturação ao SNS.

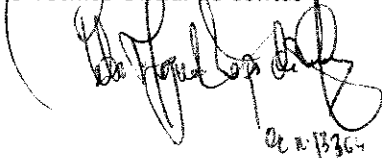
Não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2017, de acordo com a ata número 436.

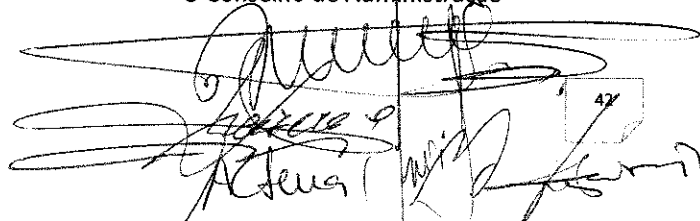
Oliveira do Hospital, 22 de março de 2017

O Técnico Oficial de Contas



22.3.2017

O Conselho de Administração



ANEXOS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS/RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Fundação de Aurélio Amaro Diniz-IPSS (a Entidade), que compreendem o balanço em 31-12-2016 (que evidencia um total de 7 969 336.76 euros e um total de fundos patrimoniais de 6 593 913.36 euros, incluindo um resultado líquido de 1 347 576.10 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Tal como descrito no Anexo, a Entidade considera que a aplicação das taxas de depreciação constantes na legislação fiscal permite obter uma razoável estimativa para o período de vida útil dos investimentos.

Tal como referido no Anexo, a Entidade não faturou os serviços prestados de internamento em medicina e cirurgia bem como a cirurgia de ambulatório ao Sistema Nacional de Saúde relativos aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro. Daqui resultou o registo de um acréscimo de rendimentos no valor de 831.449,24€ (faturação que apenas será elaborada em 2017), balaceando-os com o respetivo acréscimo de gastos (183 573.43€).

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

25

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma

Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

-concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

-avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e

-comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

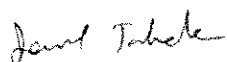
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de atividades foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

30 de Março de 2017



Daniel Taborda, ROC 1479, Rua Falcão Resende, 59, Coimbra

ATA CONSELHO FISCAL

Ata número sessenta e quatro

No vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, ou seja, na sede da Fundação Amílrio Amaro Diniz, pelas dezasseis horas, o Conselho Fiscal, encontrando-se presentes todos os seus membros. Teve a reunião, como por alicio da ordem de trabalhos a emissão de parecer sobre o relatório e contas referentes ao ano de dois mil e dezasseis.

O Conselho Fiscal analisou o relatório de gestão e as contas do exercício findas em trinta e um de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, compreendendo

o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo. Considerou ainda a certificação legal de contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas da Fundação Amílrio Amaro Diniz e também me deste Conselho, Daniel Martins Guedes Taborda, com nota especial para as "E" ali referidas.

Atento o exposto, o Conselho Fiscal deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável, entendendo que devem ser aprovados o Relatório de Gestão, o Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo e a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal expressa ainda voto unânime de agradecimento aos senhores da Fundação Amílrio Amaro Diniz pela colaboração prestada.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, depois lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos presentes.

Roberto Luiz Figueiredo
Daniel Martins Guedes Taborda
Nuno Miguel Fortes Ferreira Santos

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS



Convocatória:

Nos termos do artigo 32º dos estatutos da *Fundação de Aurélio Amaro Diniz*, convocam-se os associados da Liga de Amigos para uma Assembleia Geral Ordinária a realizar no dia

31 de março de 2017, sexta-feira, pelas 20:30,

na sala de reuniões do Lar 3ª Idade, com a seguinte ordem de trabalhos:

- a) Leitura da ata da assembleia anterior;
- b) Votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transacto, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas;
- c) Votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados;
- d) Outros assuntos de interesse para a Instituição;

Se à hora marcada não estiverem presentes a maioria dos seus membros, a Assembleia funcionará 30 minutos depois com qualquer número de associados.

Oliveira do Hospital, 14 de março de 2017

O Presidente da Mesa da Assembleia da Liga de Amigos



(Dr. Sebastião José de Castro Pina Marques Antunes)

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA LIGA DE AMIGOS

Ata nº 02

Por trinta e um dias do mês de março do ano dois mil e dezessete, pelas vinte horas e trinta minutos reuniu na sala da direção do Ior da Terceira Idade em Assembleia Geral Ordinária a Liga de Amigos da Fundação Amílio Amoroso Pinz, de acordo com a convocatória datada de 14 de março do corrente ano, tendo a seguinte ordem de trabalhos: —

a) leitura e aprovação da ata da assembleia anterior; —

b) votação das contas e relatório do Conselho de Administração do ano transato, auditadas pelo Revisor Oficial de Contas; —

c) votação do parecer do Conselho Fiscal sobre os documentos atrás mencionados; —

d) Outros assuntos de interesse da Instituição. —

A mesa foi constituída pela totalidade dos seus membros, presidida pelo senhor Pastor Sebastião Frei de Pastor Pina Ilhéus Antunes, coordenada pelo senhor Manuel José Lobo Seixas Pereira e secretariada pelo senhor António Carlos Gonçalves Figueiredo. — Não estando à uma hora e meia reunidos a maioria dos mem-

Depois iniciaram-se os trabalhos pelas vitais e uma hora, com a leitura da ata da Assembleia anterior, que tendo sido elaborada a votação foi aprovada por unanimidade.

Passando ao ponto b) da ordem de trabalhos, tomou a palavra o senhor Presidente do Conselho de Administração Doutor Álvaro Heróides que procedeu à explicação do relatório de actividades. Aqui veio que respeito à actividade da Instituição, o senhor Doutor Álvaro Heróides referiu que relativamente à actividade associada ao apoio à terceira idade, os níveis se mantêm estáveis em todas as respostas. Também nas respostas sociais de apoio à infância, o numero de utentes se tem vindo a manter. Quanto à área hospitalar, foi referido que o numero de exames, consultas e tratamentos realizados tem vindo a crescer, havendo até algumas especialidades cujo encaminhamento se encontra apenas condicionado pelo facto de ainda não terem sido realizadas as obras de remodelação da estrutura hospitalar. Ainda quanto à área hospitalar, foi referido o sucesso que tem vindo a ser a acção desenvolvida pela Unidade Móvel de Saúde junto das populações. O senhor Doutor Álvaro Heróides fez ainda uma breve explicação quanto ao impacto dos investimentos realizados ao longo do ano dois mil e dezasseis, tendo referido o facto de se ter procedido à aquisição do diverso equipamento para o serviço de Cardiologia, que veio contribuir para o melhoramento da actividade nesta área.

Foi também referida a aquisição de um novo ecógrafo que possibilitou que se realizem exames ecográficos diariamente, havendo alguns casos a simultaneidade, o que se pretendia para dar resposta adequada a todo o tipo de solicitações. Outros dos investimentos referidos foi a melhoria da adaptação da estrutura residencial para pessoas idosas, em a finalidade de que a mesma se encontre totalmente de acordo com os normativos legais, bem como possibilitar o melhoramento da resposta social de Centro de Dia, cujo sucesso da licença de utilização estará por dias. Por fim, no que respeita ainda

a investimentos, abordar a aprovação da candidatura realizada ao programa "BPI Sênior", que veio possibilitar o investimento do parque de ajudas técnicas de que a TAAD dispõe para emprestimo às famílias a título gratuito, atitude que apresenta elevados níveis de adesão e satisfação.

De seguida, o senhor Doutor Nuno Verdade fez uma breve explicação relativamente ao valor inserido na rubrica de "prestação de serviços", tendo referido que os níveis de atividade não podem sofrer um acréscimo significativo, uma vez que nos foram impostos limites à futuração do SÚS por parte da ARS Centro, que se mantêm inalterados desde há dois anos a esta parte. Por sua vez, o Sr. Doutor António Nabais explicou os dados que justificam os resultados, bem como o propósito de que os mesmos integrem a conta de resultados transmitidos, cujos valores positivos possibilitam e influenciam as decisões de investimento. Foi então, realçado o facto de este ano os resultados se encontrarem positivamente "influenciados" pela alienação do prédio de Lisboa, sendo necessário proceder a uma análise dos mesmos separadamente uma vez que não se trata da atividade operacional. Assim, se não for tido em conta o ganho associado à alienação, o resultado líquido aproxima-se dos 200 mil€ com um cash-flow na ordem dos 400 mil€. Tendo em conta o resultado do ano transato, o do ano dos mil e digam-se o' de cerca de cinquenta por cento, o que faz transparecer as incertezas resultantes do facto de o acordo protocolar com a ARS se encontrarem ainda em aberto e sem data para a sua efetiva definição.

O Senhor Doutor António Nabais referiu ainda o facto de ser crucial a realização do investimento na requalificação a estrutura hospitalar, apesar de este ter de ser efetuado com algum critério, tendo em conta que não temos qualquer garantia de que conseguiremos estabelecer um protocolo com a ARS que nos permita aumentar de forma linear a produção que rentabilize o investimento. Este investimento é

decreto na medida em que é necessário que tenhamos a estrutura hospitalar de acordo com os normativos legais em vigor, para assim prestarmos cada vez mais um melhor serviço e nos posicionarmos como mais-valia perante os demais prestadores no domínio da saúde. Aqui, o Senhor Doutor Álvaro Hendrade referiu o facto de a FAAD estar a trabalhar abaixo do seu nível de capacidade no que à atividade cumpre diz respeito, em resultado da imposição de limites à faturação, o que acaba por ser frustrante, pois poderíamos contribuir para que se não formassem listas de espera. — Após todas as explicações, o relatório e contas foi colocado a votação pela mesa, tendo sido aprovado por unanimidade. — Tratando do ponto seguinte da ordem de trabalhos, o Senhor Doutor Nuno Furtado procedeu à leitura da ata número sessenta e quatro do Conselho Fiscal, que colocada a votação foi aprovada por unanimidade.

No último ponto de ordem de trabalhos foram esclarecidos alguns pontos no que respeita à colaboração da FAAD com o Centro Comunitário da lagoa, parecendo que ainda não obteve parecer da Segurança Social, para que possa formalmente ser concretizada a integração daquela estrutura nesta instituição.

Não havendo quem mais usasse da palavra a sessão foi dada por encerrada pelo Senhor Doutor Sebastião Furtado pelas vinte e duas horas e vinte e seis minutos, pelo que foi lavrada a presente ata que depois de lida será assinada pelos elementos que compõem a mesa. —

